



REPÚBLICA DE ANGOLA
GABINETE DA MINISTRA

VI REUNIÃO DE MINISTROS DE SAÚDE DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA PORTUGUESA

25 Março

Debate na Reunião de Ministros

***Intervenção da Ministra da Saúde, Sua Excelência Dra. Sílvia
Lutucuta***

Excelências Senhores Ministros da Saúde da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Digníssimo Senhor Secretário Executivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Ilustres Senhores Embaixadores junto da CPLP

Senhores membros das Delegações dos Ministérios da Saúde

Senhores membros do Secretariado da CPLP e das entidades assessoras, Instituto de Higiene e Medicina Tropical, FIOCRUZ e Instituto Ricardo Jorge

A pandemia da COVID-19 que vem assolando os nossos países desde há sensivelmente dois anos constituiu-se num enorme desafio para os nossos respectivos sistemas de saúde e num enorme constrangimento à

implementação da grande maioria das acções planificadas para esse período, tanto ao nível interno, quanto ao nível da dinamização da cooperação entre os Estados Membros.

Encontramo-nos, agora, num momento em que se torna relevante retomarmos os níveis de cooperação ambicionados, com a forte esperança de construirmos um futuro mais risonho para os nossos respectivos povos, permanentemente guiados pelos princípios, compromissos e valores vertidos na Declaração Constitutiva da CPLP.

No concernente aos objectivos desta VI Reunião de Ministros da Saúde da nossa CPLP, começo por destacar a importância do formato híbrido que aqui utilizamos, que para além de ser inovador, permite a participação mais alargada dos nossos especialistas na discussão de temas como o estabelecimento e o reforço de Observatórios Nacionais em Saúde, estratégias de cooperação em saúde para os próximos 3 anos, com destaque para a importância das redes estruturantes e a cooperação com os Observadores Associados e Observadores Consultivos, bem como a actualização do nosso Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS-CPLP) do período de 2022-2026.

Em relação ao PECS para o período de 2022-2026, a nossa visão é a de que o Plano continue assente em prioridades transversais, estruturantes e factíveis, tendo em conta a sua viabilidade tecnológica, financeira e de recursos humanos, dando prioridade aos Cuidados de Saúde Primários para a prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Neste próximo período, precisamos de redobrar os esforços que visam reforçar a nossa liderança e o nosso empenho para garantir a revisão, aprovação e reforçar a execução do PECS, mantendo de forma regular as reuniões do GTS, bem como promovendo os contactos entre os Estados Membros, utilizando melhor as oportunidades que nos oferecem as novas tecnologias de informação e comunicação.

E, para tanto, necessitamos de reforçar o mecanismo de monitorização do PECS.

Tendo em conta a experiência obtida nos Planos de Controlo da Pandemia, considero igualmente pertinente que se procure desenvolver um mecanismo que reforce a articulação entre das Redes Estruturantes do PECS (RINSP, a RETS e a RESP) com as Redes de Investigação e Desenvolvimento em Saúde da CPLP (RIDES) – VIH-SIDA, Tuberculose e Malária, bem como com outras redes da CPLP, tais como as Redes de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.

Como sinal de envolvimento activo na dinâmica de implementação do PECS 2022-2026, Angola assume desde já o compromisso de organizar, tão logo seja possível, a 1ª Conferência da CPLP sobre os Cuidados de Saúde Primários, o 1º Seminário sobre Epidemiologia Molecular e Genoma e o IV Encontro Luso Brasileiro de Avaliação em Saúde.

Excelências

Senhora e Senhores Ministros,

Para garantir o sucesso do nosso próximo Plano deveremos, igualmente, prosseguir com a nossa interacção, cooperação mútua e partilha de conhecimentos.

Nesta base, reitero, particularmente, a necessidade dos nossos Estados Membros assumirem um papel mais activo na mobilização de meios financeiros indispensáveis para a concretização das actividades constantes do nosso Plano Estratégico de Cooperação, a realização de Mesas Redondas com Parceiros de Desenvolvimento em tempo oportuno e com regularidade; advocacia e mobilização de financiamento dos

Estados-Membros, incluindo naturalmente os nossos próprios Ministérios da Saúde.

Mas este exercício deve, também, ser realizado junto dos nossos parceiros de desenvolvimento, com destaque para os Observadores Associados da CPLP, garantindo o seu apoio à execução do PECS, cujo contributo potencial não posso aqui deixar de enaltecer.

Com o propósito de aprofundarmos este debate e a aprovação do PECS-CPLP 2022-2026, proponho, o acolhimento por Angola de uma Reunião Extraordinária de Ministros da Saúde da CPLP, a realizar até ao final de 2022.

Por outro lado, faço um apelo à vossa atenção para a importância e a prioridade da contribuição da área da saúde para a elaboração do documento orientador sobre os mecanismos de cooperação em cenários de emergência, na sequência da “Resolução sobre o Reforço da Cooperação na CPLP em Situações de Emergência”, aprovada na XXV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, de 9 de Dezembro de 2020, reiterada pela XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Luanda a 17 de Julho de 2021.

Gostaria aqui de expressar o meu apreço pelo trabalho do Secretariado Executivo da CPLP, pela contribuição dos nossos representantes no grupo técnico e pela assessoria técnica da Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa e o Instituto Ricardo Jorge.

Por último, é minha profunda convicção de que devemos redobrar esforços para a assunção plena dos nossos compromissos, todos eles já suficientemente identificados, continuando a encarar a nossa missão como um investimento para o desenvolvimento sustentável dos nossos respectivos países.

Obrigado pela vossa atenção.